



PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

**ATA DA 357ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE CONTROLE URBANÍSTICO – CCU**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), às 9h30min, na Sala de Reuniões da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, realizou-se a 357ª. Reunião Ordinária da Comissão de Controle Urbanístico – CCU, sob a Presidência da Arquiteta Dra. Luzia Silmira Meira, suplente da Presidente da CCU. Estiveram presentes os Arquitetos: Vivian Maria Oliveira da Costa, suplente da representante da CTTU; Luciana de Azevedo Andrade, representante da URB/Recife; Edilene Rodrigues de Oliveira, suplente da representante da SMAS; Ana Patrícia Uchoa de Queiroz Guimarães, suplente do representante da SEPLAN/ICPS; Fabiola Valença de Lemos, suplente do representante da CPRH; João Geraldo Siqueira de Almeida, representante da ACP/PE e Paula Cristina Fernandes Peixoto, representante do CAU. Os Engenheiros: Edvaldo Câmara dos Santos, representante da CONDEPE/FIDEM; José Antônio A. de Lucas Simón, representante da FIEPE; Genildo Mota Valença Filho, representante da ADEMI/PE e Fernando Antônio Beltrão, representante do CREA/PE, além da Procuradora Andréa Galiza, representante da SAJ. Constatado o número regimental para deliberar, a Presidente deu início à reunião, com a leitura e assinatura das Atas das 355ª. e 356ª. Reuniões, realizadas nos dias 12/04/2016 e 10/05/2016. Em seguida, a presidente informou que o **Processo nº. 07.32321.5.08 do ESPÓLIO DE BRUNEHILDE DA SILVEIRA TRAJANO COSTA** foi retirado de pauta, a pedido do interessado. Continuou então, com a apresentação e análise do **Processo nº. 07.15208.6.13 da QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S/A**, referente ao Projeto Inicial para uma edificação habitacional multifamiliar, a se localizar na Rua Professor João Rodrigues, nº. 125 – Encruzilhada. (ZAC Moderada) **Encaminhado à CCU: face Lei nº. 16.176/96, Art. 61 (LUOS - Empreendimento de Impacto)**. A presidente passou a palavra Arquiteta Yara Scherb, autora do projeto. A arquiteta iniciou cumprimentando os presentes e apresentou o projeto em anexo. Concluiu dizendo: “O projeto já veio da Regional para a CCU com todas as exigências atendidas.” Pedindo a palavra, a representante do interessado, Dra. Tatiana Mendes, disse: “Quanto às ações mitigadoras exigidas pela CTTU, tem como uma das ações a melhoria da sinalização e da geometria do cruzamento da Rua Salvador de Sá com a Rua Abreu e Lima, onde faz o binário com a Rua Santos Drumont e com a Rua Regueira Costa. Nós conversamos com um consultor de trânsito e ele já fez uma recomendação de uma inversão de trânsito, uma melhoria de semáforo e geometria no cruzamento da Escola Fazer Crescer e outra, no cruzamento da Rua Fernando César com a Avenida Norte. O técnico também sugeriu mover o gelo baiano para deixar duas faixas um pouco menores, no sentido Avenida Norte e abrir três faixas no sentido Centro, porque já resolveria muita coisa, além da sinalização, em termos do semáforo. Já foi tudo alinhado, ele realmente concorda com as modificações que também foram acertadas com a CTTU. Tem outra proposta da CTTU que é, no trecho da Rua Fernando César, onde tem a Siemens, abrir três faixas no sentido da Avenida Norte/ Centro, deslocando o gelo baiano, aonde pega o fluxo que vem da Rua Dr. José Maria, da Avenida Norte e da Rua Fernando César, estrangulando tudo isso, nós abriríamos desde a frente as três faixas para que nesse local já ficasse mais amplo. As outras ações mitigadoras são que na frente do empreendimento, na Rua Professor João Rodrigues, tem uma invasão que seria desapropriada e seria feito um ajuste da rua onde faz um estrangulamento.” Pedindo a palavra, a representante da SMAS, Dra. Edilene Rodrigues, perguntou se o processo já tinha a Licença Prévia, ao que a representante da interessada, respondeu: “Esse processo foi dado entrada em 2013, já tem a Licença Prévia. No parecer da Gerência de Licenciamento tem todas as datas do andamento do processo.” Pedindo a palavra, o representante da ADEMI, Dr. Genildo Valença Filho perguntou: “E quanto as exigências da SELURB?” Dra. Tatiana, respondeu: “Teve uma exigência da SELURB quanto ao recuo do gradil e a construção do Teto Verde no estacionamento, já colocamos o recuo e quanto ao Teto Verde, nós discordamos. Não sei qual o posicionamento de vocês, mas achamos pouco funcional hoje, da forma que está sendo exigido. Primeiro, em relação ao custo da manutenção do próprio condomínio e por não haver nenhuma

357ª. Reunião da CCU do dia 24/05/2016

A
M
A
Luziana
J
S
S
S



PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

regulamentação que o próprio condomínio deveria manter isso. Conversamos com vários especialistas da área, embora não tenhamos trazido nada muito técnico até porque não existe um estudo mais aprofundado disso, e eles não recomendam e dizem que pode até aumentar a incidência de calor uma vez que não tenha manutenção. Conversei também com o pessoal de Administração de Grandes Condomínios que disseram que realmente tem sido muito complicado essa manutenção, esse custo aumenta cerca de 30% na taxa condominial e o empreendimento, quando é muito grande, provoca inadimplência prejudicando o bom andamento do Condomínio.” Pedindo a palavra o representante da ADEMI, Dr. Genildo Valença Filho, perguntou quanto à quantidade de vagas. Ao que a representante da Queiroz Galvão respondeu: “Todas as vagas exigidas pela Legislação foram contempladas, a CTTU também deu seu parecer. Colocamos vagas para Deficiente Físico, locadas próximas aos elevadores, com acesso fácil à torre. Todas as vagas estão dispostas no Edifício Garagem, que tem quatro pavimentos e só o último é descoberto. A Proposta da SELURB para a implantação de Teto Verde, que nós discordamos, pois vai aumentar também o custo do apartamento, num momento como esse de crise onde as pessoas não estão suportando um valor mais alto, e também em relação à manutenção.” Pedindo a palavra, a representante da SMAS, Dra. Edilene disse: “Com relação ao Teto Verde, proponho que seja trocado pelo plantio de árvores, na mesma proporção, e plantadas tanto dentro do empreendimento quanto no entorno, nas vias. Vai depender da aprovação da SELURB, a não implantação de Teto Verde.” Pedindo a palavra, o representante da ACP Dr. João Geraldo de Almeida, falou: “A minha dúvida é a seguinte, até concordo que tenhamos que melhorar a Lei, depois daremos uma analisada, mas se é Lei nós podemos votar desfavorável a essa questão do Teto Verde?” A representante da Queiroz Galvão, Dra. Tatiana Mendes, respondeu: “O processo não está submetido a essa Lei que é de 2015, e deu entrada em 2013, então não há exigência quanto a essa Legislação, senão não teria passado na Regional.” A presidente então falou: “Nós tomamos por hábito, mesmo antes da Lei de Teto Verde, analisar e ver a possibilidade de exigir para Empreendimentos de Impacto. No caso específico, discordo da representante da Queiroz Galvão, pois existem formas e formas de se fazer Teto Verde. Você pode fazer o Teto Verde e aí a manutenção fica cara, ou pode fazer como tem no antigo Hotel Boa Viagem, tem quadras, tem play ground. O projeto inicial era uma praça, tinha pista de Cooper internamente e depois mudaram e fizeram as quadras de Tênis e Polivalente, dando uma utilização e também aumentando o verde, que nem tão grande foi, pois como era praça, da forma como estava proposto inicialmente, era muito melhor para a questão da arborização, agora também pode ser feito como Edilene sugeriu, a Comissão é soberana, tem o parecer da SELURB, mas não quer dizer que vá seguir, depende da Comissão. Eu também concordo em ter verde quer seja no teto, quer sejam árvores, acho até mais eficiente. A Lei de Teto Verde exige que você cubra o estacionamento, mas prefiro colocar uma árvore a cada quatro vagas que faz um melhor efeito, do que a laje com o Teto Verde. Quando nós apontamos o Teto Verde, é como uma forma de arborizar e dar uma utilização a uma grande massa construída, que é essa área de garagem. Sempre fica aquela construção nua, inclusive de arborização, por isso foi colocado essa solicitação de Teto Verde. Não vi no projeto, mas foi colocado bicicletário?” Ao que a representante da Queiroz Galvão, respondeu: “Não, mas tem área onde poderemos colocar.” A presidente continuou: “Finalizando, a Comissão é soberana para definir, não é uma exigência de Lei, porque a Lei foi aprovada depois.” A representante da SMAS, Dra. Edilene Rodrigues, pediu a palavra e falou: “Como não tem ainda a Licença de Instalação, então nós solicitamos como um dos condicionantes, a apresentação do projeto paisagístico, com uma árvore a cada quatro vagas de garagem e o plantio de vegetação no entorno, constando no projeto paisagístico. A área do Teto Verde nós convertemos em áreas de copas de árvores. Neste projeto, colocar também a vegetação das calçadas com a faixa de serviços. Mesmo que a calçada seja estreita pode colocar árvore de médio porte. Nunca esquecer que para esse Projeto Paisagístico existe o Manual de Arborização da Cidade do Recife, que se encontra na internet onde são indicadas as árvores para cada tipo de calçada, e também consultar a SMAS, que podemos dar sugestões, tudo isso antes da Licença de Instalação.” A representante do CAU, Dra. Paula Peixoto pediu a palavra e disse: “Recomendaria que fosse para o CDU com o Projeto

A

B

Arce

Tatiana

Paula

Paula Peixoto 2



PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

Paisagístico, pois já fica mais claro, mais evidente o que é a contrapartida. Acho que temos que imaginar, pois a apresentação não está elucidativa, deveria ser mais explícita.” Pedindo a palavra, a representante da SAJ, Dra. Andréa Galiza falou: “ Para mim não ficou claro, se esse Projeto Paisagístico seria visto aqui na CCU, ou se vai direto ao CDU? A CTTU já deu o parecer favorável?” Usando a palavra, a representante do CAU disse: “A CTTU já deu parecer sobre o projeto da melhoria geométrica? Existe esse projeto? Para nós avaliarmos uma medida mitigadora sem ver exatamente o que é, me desculpem, mas não me diz nada, pois uma melhoria geométrica o que é? É uma obra, é uma pintura de faixa? Acho muito incipiente, afinal o que está sendo apresentado? Não sei, é muito vago. Quem vai validar depois? Vai para o CDU e se tiver alguém com outra visão? Aqui é uma Câmara mais técnica, a pessoa pode perguntar o que é essa medida? É uma frase só, não diz nada. O que é efetivamente? Nós estamos em plena discussão da Lei de EIV, com todos os rigores que vem por aí, então já existem discussões, esse tipo de coisa ainda reforça para que se chegue numa postura de uma lei muito mais radical, que não vai ser bom para ninguém.” Pedindo a palavra, a representante da SAJ falou: “ Queria só reforçar o que Paula está dizendo, que é uma questão macro, uma das críticas que nós vemos por aí, em relação a proposta do Município de implementação da Legislação de Estudo de Empreendimento de Impacto, que inclusive já teve uma audiência pública onde foi discutido o projeto, uma das críticas que tenho ouvido e é uma preocupação inclusive do mercado é que esta Lei vai congelar tudo, vai parar tudo, vai travar todos os empreendimentos porque é um procedimento muito complexo, porque vai ter que ter audiência pública, os projetos vão ter que ser efetivamente discutidos. Qual a defesa que se faz dessa Legislação? É que, de fato, os empreendimentos que causam impacto na cidade, precisam ter uma avaliação. É aí quando se diz que a lei que vai vir é muito restritiva, muito complicada e muito complexa, o que é que se defende? Que, por exemplo, hoje já existe um procedimento onde se analisa os Empreendimentos de Impacto, onde já apresenta o Memorial de Impacto, e que funciona bem, sem travar o mercado. Preocupa-me muito quando vejo uma situação como esta, onde nós estamos analisando um Empreendimento de Impacto, quando não está claro exatamente qual é o impacto. Qual o estudo que foi feito? Isso endossa o argumento de quem vê a necessidade de modificação de todo esse procedimento que nós estamos fazendo aqui. Quando vejo uma pessoa do Ministério Público chegar, cobrar e dizer que outros Empreendimentos de Impacto, dentro do Município, que teve Memorial de Impacto, foi só pró forme. Porque quando chega à CCU ou ao CDU, ninguém sabe quais as medidas que estão propondo, vota lá de acordo com o que colocam. Concordo com Paula, representante do CAU, é óbvio que nós não vamos poder, como representantes na Comissão, ter o olhar do relator nem o olhar dos técnicos da Prefeitura, que se debruçam sobre o processo, mas quanto mais claro isso estiver e quanto mais elementos para efetivamente analisarmos os impactos, mais seguro, defensável e legítimo, vai ser esse procedimento aqui, em que estamos participando. Queria só situar à discussão porque nós estamos passando por isso, para que vocês entendam qual é a importância de uma colocação como essa de Paula.” Pedindo novamente a palavra, a representante do CAU, Dra. Paula Peixoto, disse: “ Hoje à tarde, nós temos uma reunião no CAU, sobre a discussão da minuta. Todo Empreendimento de Impacto que passa na CCU, vai posteriormente para o CDU, sou cobrada por isso, sei que talvez eu tenha uma visão e o representante do CAU no CDU, tenha outra. Isso me preocupa porque não adianta, às vezes numa instância mais técnica é muito mais fácil negociar soluções, como foi feita nessa troca de Teto Verde por plantio de árvores que é uma coisa boa, mas num âmbito mais político é mais difícil. Então acho que é um exemplo ruim, que só vai endossar um discurso muito ruim para os arquitetos, os empreendedores e para tudo o que está sendo construído. Basta dizer que agora a proposta é que vai ter audiência pública para qualquer Empreendimento de Impacto. Imagine contribuições pela internet, e aí, o que é que vai ser? Nós vivemos num processo em que não é bom endossar ou dar margem para que um discurso ruim seja fortalecido.” Dra. Mira, presidente da CCU, falou: “Acho até compreensível que pessoas que não sejam da área, como Andréa, achem que um Memorial de Impacto não é suficiente. Para mim, um Memorial de Impacto é um EIV numa escala menor, e nós fomos pioneiros no Recife, em exigir um EIV para os



PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

Empreendimentos de Impacto com nome de Memorial de Impacto. Lógico que não é nos termos de hoje, porque com o Estatuto da Cidade, ampliou muito mais o que deve ser analisado, porém com o que nós temos hoje, é natural que essas pessoas, de outras áreas, achem que o memorial que se anexa, é só um documento, é só pró forma, quando, a bem da verdade, não acontece isso. As ações mitigadoras que propomos foram baseadas no que está colocado no Memorial, no entorno e na cidade, é o que nós temos exigido para o empreendimento. Talvez, quando falamos aqui, passe como uma coisa muito simples o que nós estamos exigindo, mas tudo isso foi analisado. Algumas vezes, procuramos ver se tem alguma obra nas proximidades e se vai impactar. É bom que esta obra também colabore, sempre tem estudos e discussões, tanto é que a DPU apontou as questões viárias que é justamente para minimizar estes impactos. Quando definimos algumas medidas já é baseado no Memorial, então estou tranquila para falar isso. O Memorial não é só documental, ele é analisado, concordo que é preciso complementar. Discordo de algumas questões, estamos fazendo reuniões para sugestões e aperfeiçoamento, ainda está em definição. Nós não definimos pura e simplesmente, mas baseados em questões técnicas que depois vem para a Comissão que pode apontar outras, que vai para o Conselho que também pode apontar outras, então fico muito tranquila.” Pedindo a palavra, a representante do CAU disse: “Veja, não estou condenando o Memorial nem as medidas que foram propostas, ao contrário, estou de acordo e acho que todas as medidas estão bem colocadas, a minha sugestão é no sentido de que as contrapartidas ou as medidas que o empreendedor vai fazer, tenho certeza de que foram bem negociadas com a CTTU e a SELURB, para atender problemas da área. Não estou discutindo as medidas, mas o que estou sugerindo é que se há uma intervenção na geometria, que se faça o Projeto Geométrico com a dimensão da intervenção para ir ao CDU, e que seja apresentado com clareza e precisão, efetivamente o que é a medida que está sendo acordada, isto é positivo para o empreendimento.” Usando a palavra, a presidente disse: “Acho isso difícil, se pedir uma medida mitigadora e ter que apresentar logo o projeto, vai demorar muito para analisar. O que estou dizendo é que quando se fala do problema, e já está falado aqui: “melhorar as interseções da Rua Fernando Cézar”, aí pode ser que eles executando o projeto e submetendo a aprovação, isso tudo pelo CDU, fique amarrado no termo de compromisso.” Pedindo a palavra, a representante do interessado, Dra. Tatiana, falou: “Na nossa empresa tem muito pouco projeto de impacto, então talvez seja até falta de experiência sobre o que é necessário apresentar, nos outros casos, que foram apresentados no CDU, realmente só foram aprovados depois, não foram antes, saíram daqui do fórum as sugestões do que seria feito e as condições de aprovar esses processos na CTTU, na URB e na SELURB, se também for o caso. De fato a pouca experiência que temos Projeto de Impacto, foi dessa forma que foi tratado. Nos antecipamos, fizemos uma consulta a um técnico que é especialista no assunto, e que deu as diretrizes sobre o que seria o projeto, só para termos uma ideia de fato, mas não foi exigido que fosse apresentado aqui na CCU.” Usando a palavra, a presidente falou: “Acho que para mim está claro. O ponto é melhoria das intervenções na rua tal com a rua tal. Como vai ser feito, não preciso ver, preciso saber qual é o problema que vai ser resolvido, qual o empreendimento e sob a responsabilidade de quem, então para mim isso está claro, porque esperar que se faça o projeto da intervenção? A ação apontada, para mim está clara.” Pedindo a palavra, a representante do CPRH disse: “Levando em consideração o que foi dito em outro projeto, que estou analisando, senti essa dificuldade porque tem um item de sugestão de mitigação que diz: “semaforização inteligente na Avenida Domingos Ferreira”. Esta Avenida tem quase 5km, como vai ser isso? É só no trecho onde está o empreendimento? Só tem uma frase, talvez uma pequena explicação não chegue a atender completamente, mas melhora a compreensão. Sinceramente não entendo uma semaforização inteligente nesta avenida, porque vai mudar todos os sinais? Talvez uma descrição melhor nesse processo, só que ela fala: “melhoria na interseção” seria da trafegabilidade, seria de calçadas, a parte do

A

Ber

Luiz

Rosiane

Q

Q

Q

4
Que
Pere
Luis



PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

pedestre, ou englobando tudo isso? Não precisaria do projeto em si, mas de uma descrição simplesmente, atenderia um pouco sem travar a questão da elaboração de um projeto específico, que deve ser feito a posteriori. Realmente senti esta dificuldade no entendimento da descrição das medidas mitigadoras em outro processo, e sou técnica de área.” O relator, Dr. José Antônio de Lucas Simón, representante da FIEPE, disse: “Acho que Fabíola foi muito feliz na colocação dela, era basicamente o que eu ia ponderar, na realidade, quero um projeto completo para uma coisa que eu não exigi ainda, estamos começando a exigir numa primeira instância disso, vai para o CDU e ainda vai ser exigido. Acho que a Presidente teve o bom senso de dizer que no CDU isso fica amarrado, como realmente tem ficado. Tanto a parte do projeto, quem executa, o que, quando, e como, ou então se não tiver estas perguntas respondidas, fica definido que você vai depositar tal valor no Fundo da Prefeitura, para ser executada essa medida mitigadora, às custas do requerente (dinheiro depositado) e executada pela Prefeitura. Acho que por aí, nós vamos bem. Na realidade, trouxe meu relato em aberto, como sempre faço quando o projeto é de impacto, porque se existia uns fatos meio negativos nas discussões anteriores das quais participei, vamos vendo que essas discussões são extremamente saudáveis e extremamente ricas. Por isso acho que quando é um Projeto de Impacto é muito mais fácil de analisar, porque trago em aberto e na discussão fazemos um consenso, até hoje tenho fechado exclusivamente com o consenso de todos os meus relatos. Aí, a explicação porque não trouxe pronto o meu parecer, nunca mando um relato fechado para que isso não influencie de alguma forma a discussão. Nessa tramitação aí vai à questão da SELURB, ter feito relatos com extrema responsabilidade e bem focados, já com as exigências negociadas, nos termos de ações mitigadoras e todas as interferências, aí tenho me pautado nestes pareceres da Gerência de Licenciamento/ SELURB. Houve a discussão sobre Teto Verde que foi um questionamento que fiz anteriormente, esse projeto deu entrada na PCR antes desta Lei, foi trocado por árvores e foi solicitado o Projeto de Arborização, antes de ser analisado pelo CDU, acho que aí vem o que iniciei falando, nós começamos a exigir um negócio amarrado e complexo, antes do CDU dizer se vai aceitar ou não, é isso que queria também ponderar já que a discussão entrou por esse cerne. Temos condição de indicar e anuir com o que a SELURB já negocia efetivamente, com o requerente. Acho que deveremos ter bastante cuidado na hora de fechar essas exigências, quando for ao CDU. Na realidade a instância que ratifica e realmente coloca o quando, onde, como e com quem, é o CDU. Isso é o que queria ponderar e ver se tem mais alguma discussão que possa acrescentar ao nosso parecer.” Como não houve manifestação, o relator leu seu parecer. **Parecer do relator:** “1.Solicitação: Análise de Projeto Inicial para uma edificação habitacional multifamiliar com 01 (um) bloco de 31 (trinta e um) pavimentos tipo e 224 (duzentos e vinte e quatro) subunidades, mais 03 (três) pavimentos de estacionamento, num total de 21.337,77 m². 2.Conclusão: Somos de parecer favorável ao empreendimento acompanhando o parecer da SELURB e acrescentando, nas medidas mitigadoras, a implantação de bicicletário, substituindo a exigência de TETO VERDE pelo plantio de árvores, na proporção de uma árvore para cada quatro vagas de veículos dispostas na última laje do Edifício Garagem, com apresentação do Projeto Paisagístico, de acordo com o Memorial de Arborização da PCR, quando da solicitação da Licença de Instalação emitida pela SMAS.” Em, 24/05/2016. a) José Antônio A. de Lucas Simón, representante da FIEPE. Pedindo a palavra, a representante da SMAS, Dra. Edilene Rodrigues, disse: “Quero lembrar que é obrigatório apresentar o Projeto de Arborização na SMAS, para a Licença de Instalação.” Usando a palavra, a presidente falou: “Alguém ainda quer falar alguma coisa ou podemos emitir nosso parecer?” Como não houve nenhuma manifestação, foi elaborado o seguinte parecer. **Parecer da CCU:** Ao: Exmo. Sr. Secretário de Mobilidade e Controle Urbano. “A Comissão em plenário por maioria de seus



PREFEITURA DO
RECIFE

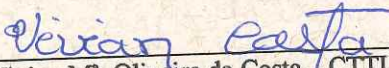
SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

membros, com 10 (dez) votos FAVORÁVEIS ao pleito: CTTU, URB, SMAS, SEPLAN/ICPS, CPRH, CONDEPE/ FIDEM, FIEPE, ADEMI/PE, ACP, CREA, e com 02 (duas) abstenções: SAJ e CAU, acompanhando o parecer do relator, encaminha ao Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, por se tratar de Empreendimento de Impacto. Solicita homologação de V. Excia.” Em, 24/05/2016. a) Luzia Silmira Meira, suplente da Presidente da CCU e demais membros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 13h30min, eu, Márcia Dantas de Oliveira, lavrei a presente ATA, a qual vai datada e assinada por mim, Senhora Presidente e demais Membros presentes.

Recife, 24 de maio de 2016.



Marcia Dantas de Oliveira – Secretária



Vivian M. Oliveira da Costa – CTTU




Edilene Rodrigues de Oliveira- SMAS



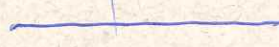
Andréa Galiza – SAJ



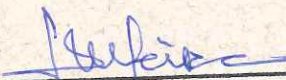
Edvaldo Câmara dos Santos – CONDEPE/FIDEM



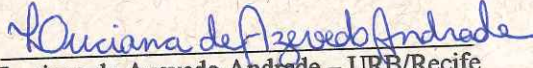
João Geraldo Siqueira de Almeida – ACP



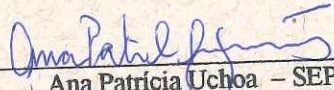
Fernando A. Beltrão Lapenda – CREA/PE



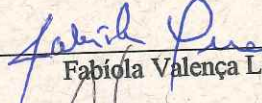
Luzia Silmira Meira – PRESIDENTE



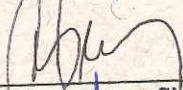
Luciana de Azevedo Andrade – URB/Recife




Ana Patricia Uchoa – SEPLAN/ ICPS



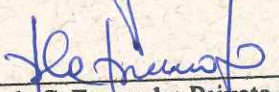
Fabíola Valença Lemos - CPRH



José Antônio A. de Lucas Simón – FIEPE/PE



Genildo Mota Valença Filho – ADEMI/PE



Paula C. Fernandes Peixoto CAU/PE